

Estados podem perder aval para empréstimo

BRASÍLIA — O governo poderá recusar-se a avaliar as dívidas contraídas pelos estados e municípios com instituições financeiras no exterior, caso o Congresso autorize os governadores e prefeitos a rolares, em 1989, mais de 75% de suas dívidas vencidas e a vencer no ano que vem. Essa hipótese começou a ser avaliada pela equipe econômica esta semana, segundo um graduado assessor governamental.

Somente com o Banco Mundial (Bird) e com Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os contratos a serem firmados pelos estados e municípios com aval da União somam aproximadamente US\$ 2 bilhões. A alternativa, para não se perderem esses créditos, seria o assentimento, pelos bancos internacionais, de avais dos tesouros estaduais, hipótese considerada remota. "O governo federal poderá, ele próprio, assinar os contratos com o Bird e BID para tocar as obras que forem de interesse da União", ameaça um assessor da equipe econômica.

"O governo federal não fará nenhuma retaliação aos governos estaduais e municipais, apenas não pode continuar a avaliar dívidas que os estados e municípios alegam não ter como pagar", argu-

menta o assessor. Hoje, o presidente José Sarney faz outra tentativa de negociar com os parlamentares da Comissão de Orçamento uma saída para a votação do projeto orçamentário que mantenha os principais itens da proposta da equipe econômica, como a rolagem de 75% da dívida estadual e municipal.

Uma avaliação preliminar da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) do Ministério do Planejamento chegou a uma conclusão surpreendente: a polêmica ferrovia Norte-Sul é um dos itens do orçamento que mais emendas provocou dos parlamentares, para aumento de suas verbas. O parecer do relator da Comissão de Orçamento, senador Almir Gabriel, mantém emendas que aumentam em Cz\$ 114 bilhões o orçamento do Ministério dos Transportes.

Os técnicos que preparam o programa de ajuste fiscal do governo passaram a tarde e parte da noite de ontem reunidos com o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu. Com a recusa dos parlamentares em aceitar a correção automática (indexação) dos itens do orçamento, de acordo com a inflação, a equipe econômica terá de recalcular também o orçamento das estatais, que agora terá de incluir uma "previsão de inflação para o ano.

Além da Norte-Sul, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, os portos e a Embrater foram os itens que mais ganharam verbas na Comissão do Orçamento.